

Autor: Caique Andriewiski Pereira da Silva

Título: Dependência e acumulação colonial: uma investigação sobre a incorporação do Império Inca após a conquista espanhola.

Não são inéditos os diálogos entre as vertentes teóricas marxista e braudeliana, muito menos da última com a da Teoria Marxista da Dependência que, à exemplo de autores como Gunder Frank (1965; 1980) e Theotônio dos Santos (1998; 2011), partem de um escopo de Longa Duração ou de análises estruturais em suas principais contribuições. Ademais, o campo teórico dependentista, não obstante pense o capitalismo em sua totalidade, busca endereçar o território de boa parte de seus trabalhos, caracterizando-se como uma escola de pensamento sobre a realidade latino-americana. Esta vertente coloca tal subcontinente como esfera central de análise, o que implica partir dele para dentro ou para fora.

Por causa disso, o presente artigo se propõe a realizar uma aproximação da Teoria Marxista da Dependência e dos escritos de Braudel em sua obra seminal “Civilização material, economia e capitalismo – volume 3: o tempo do mundo” (2009), além de aportes de Immanuel Wallerstein em seu livro “*The Modern World-System I*” (1974), este sobre os sistemas-mundo e aquele sobre economias-mundo, já que são arcabouços teóricos construídos em um diálogo profundo entre si.

O objeto de estudo que será referenciado neste arcabouço teórico é o da incorporação da economia andina, de forma mais notável, a sociedade Inca, aos ciclos de acumulação colonial após a invasão espanhola no século XVI. Nesse sentido, alguns estudos antropológico-econômicos como os de John V. Murra (1975; 1978) e de John H. Rowe (1946) garantem uma análise suficiente no que diz respeito ao modo de produção Inca, já a sua articulação internacional pode ser encontrada em obras como a organizada por Harris e Larson (1995), que trata, dentre outras temáticas, da integração da economia Inca aos mercados coloniais, e a caracterização geral feita por Celso Furtado em *Formação Econômica da América Latina* (1970).

Portanto, a hipótese aqui constituída é se, através dos conceitos de espaço e tempo da economia-mundo e das categorias centrais da dependência marxista, podemos enxergar a sociedade Inca como uma forma de economia periférica em relação à metrópole espanhola.

Além disso, o artigo terá a princípio três partes de discussão; a primeira é teórica e constrói um diálogo entre a Longa Duração de Braudel e Wallerstein, sob os pilares do ‘espaço’ no âmbito econômico, com a centralidade da dependência de Gunder Frank e Dos Santos. Como forma de complementar e expor uma controvérsia dentro do campo da dependência, resgatamos a obra de Mathias Luce que detalha no âmbito teórico a categoria de “transferência de valor” e quais as suas

formas de manifestação no concreto; também será discutida a contradição sobre a existência ou não de uma dependência colonial.

A segunda, vai discutir um pouco do modo de produção vigente na sociedade inca e como era feita a extração de seu excedente. Nesse sentido, foi realizado um estudo descritivo que delimita as classes, as transformações sociais que ocorreram no século XVI no Império Inca decorrentes da sua expansão, além de introduzir alguns aspectos da dominação espanhola.

Na última parte será discutida a articulação da economia Inca com a invasão e colonização espanhola no século XVI. Para tanto, a primeira ressalva é que nessa seção será utilizado o nome adotado posteriormente à invasão, ou seja, “Peru”. Além disso, esta terceira seção discutirá os eixos centrais: a acoplação da metrópole espanhola aos meios de extração de excedente do Império Inca, a difusão (ou não) de mercados, as atividades desenvolvidas após a dominação colonial.

1. Sistemas-mundo, dependência colonial e transferência de valor

Para discutir dependência e sistemas-mundo, é imprescindível o fio condutor do eixo teórico ser o conceito de *Economias-Mundo* de Fernand Braudel. Tal formulação, segundo o autor, não trata da economia mundial, que compreende os recursos (fictícios ou não) de toda a extensão global; a economia-mundo diz respeito a um “pedaço” do planeta terra dotado de autonomia da reprodução material e um certo grau de organicidade em suas conexões e trocas internas (BRAUDEL, 2009: p. 12). Além disso, é o maior espaço econômico (ou não) de complementaridade (ou coerência) de uma determinada época (BRAUDEL, 2009: p. 13).

Se colocarmos essa primeira definição de economia-mundo de frente com os *Sistemas-Mundo* de Wallerstein, nota-se a proximidade dos conceitos. Na realidade, se tratam de dois arcabouços conceituais relacionados; sistemas-mundo vão abarcar outras dimensões para além das questões econômicas, já as economias-mundo estão auto-delimitadas pelo próprio termo.

Wallerstein, nessa direção, concebe dois formatos no que diz respeito à autoridade central, as classifica como impérios-mundo ou economias-mundo: o primeiro quando há uma autoridade política central que exerce o poder sobre todo o território em maior ou menor grau; o segundo quando não há uma autoridade que tenha poder sobre todo o seu território (WALLERSTEIN, 1974: p. 348). Em *World System Analysis - An Introduction*, chama também essas duas modalidades, respectivamente, de império-mundo e hegemonias do sistema mundo, com o mesmo conceito. O autor destaca, via exemplos históricos (Carlos V no séc. XVI, Napoleão no séc. XIX e Hitler no séc. XX), que nunca

houve tentativas bem sucedidas de estabelecimento de impérios-mundo, isso porque as autoridades centrais entram em rota de colisão (WALLERSTEIN, 2004: p. 57).

Em contraposição aos impérios-mundo, as hegemonias puderam se estabelecer com razoável harmonia no sistema internacional, em que países exerceram sua preponderância através das finanças, produção e comércio, mas sem um domínio unilateral político. Isso equivale dizer que foi possível para países dominantes ditar boa parte das regras e determinar dinâmicas de acumulação com pouco uso da força militar (WALLERSTEIN, 2004: p. 57-58). Não obstante, hegemonias não duram para sempre, ao contrário, duram pouco e geralmente caem por meio de disputas dentro do sistema internacional, fazendo com que perca seu poder e advenha um novo país ou pequeno conjunto de nações (como as Províncias Unidas) hegemônico (WALLERSTEIN, 2004: p. 58).

Voltando ao conceito de economias-mundo, este é desenvolvido para caber em toda a história humana e, nos termos do autor, elas existem “desde sempre”, o que já introduz sua intenção de desenvolver uma leitura de longa duração (BRAUDEL, 2009: p. 14-15). Outros aspectos que irão delimitar espacialmente a economia mundo são: os próprios limites territoriais, uma cidade central capitalista e dominante, e a hierarquia dessas cidades (BRAUDEL, 2009: p. 16).

Uma economia-mundo possui fronteiras que se expandem ou se deslocam lentamente já que são um todo coerente, e as margens desse espaço acabam por ser impostas por limites de transposição. Entretanto, a longa duração vai aparecer como horizonte onde tais limites serão ultrapassados ou transpostos, por exemplo, as grandes conquistas das navegações do século XV, que expandem a economia mundo europeia para o continente americano e abrem rotas comerciais com o litoral africano como um todo e a Ásia (BRAUDEL, 2009: p. 17-19).

Além desses fatores, para a interpretação de uma economia-mundo, também são importantes as relações entre cidades, umas dominantes e outras dominadas, mas que se dispõem em uma hierarquia. Frequentemente, crises que se estabelecem na cidade central ganham mais força e amplitude nas cidades periféricas, como um chicote. Algumas cidades, classificadas como cidades-etapa, são um nexos ou uma continuação da cidade central, ou seja, apresentam uma dinâmica associada sem deixar de ser subalterna (BRAUDEL, 2009: p. 20).

Somado a isso, pelo lado social, as ‘supercidades’ apresentam alta diversificação social, com burguesias, patriciados, proletários e camponeses servos. O destino dessas cidades é o de dominar economias adjacentes e com o intenso fluxo de recursos apresentar uma inflação quase que crônica e que fluirá de modo mais autônomo devido às atividades que concentra (BRAUDEL, 2009: p. 21).

As últimas características das cidades dominantes são a sucessão temporal a qual estas estão submetidas devido a conflitos, crises e guerras, leia-se, motivos internos ou externos, responsáveis

por trazer à tona uma nova cidade central; a outra especificidade é a completude da dominação urbana, que pode ser forte ou fraca, completa ou incompleta. O cerne disso é que certas dominações terão certas características que resultaram em uma dominação mais ou menos bem estabelecida na economia-mundo (BRAUDEL, 2009: p. 22; 24).

Para além dessas características, Braudel verifica que, ao longo da história, cidades exerceram poder sobre outras de forma mais ou menos completa. Por exemplo, Veneza era um Estado forte; Gênova renuncia independência política e exerce seu domínio através do dinheiro; Londres tem uma dominação mais ampla, do mercado nacional e do império britânico e, com a forma mais atual e completa até então, os Estados Unidos (BRAUDEL, 2009: p. 25). Já em relação à sua distribuição espacial, a cidade está no centro e as outras zonas são concêntricas e caminham em direção ao campo (BRAUDEL, 2009: p. 28).

No que diz respeito à economia que gira em torno das cidades, o autor também vai enxergá-la como sendo hierarquizada e estruturada tanto de forma local quanto regional, com cada parte da pirâmide contribuindo economicamente com o que lhe cabe (BRAUDEL, 2009: p. 26; 28). Além disso, Braudel vai analisar a dependência, ou estrutura hierarquizada, das cidades em um esquema de pirâmide com três níveis: um centro dominante e densamente povoado, um segundo andar muito bem desenvolvido e as gigantescas margens com pouca densidade habitacional ou econômica (BRAUDEL, 2009: p. 29). Em conjunção, o autor vai considerar que existirão diferenças nos indicadores econômicos (custo de vida, preços, produto etc.), ainda que fossem mais tênues do que nos dias atuais. Na periferia isso se manifesta de forma mais evidente: a divisão do trabalho é pouca, a servidão é presente e há pouca atividade de trocas monetárias (BRAUDEL, 2009: p. 30). Ademais, Braudel abre o precedente de que também existem regiões “periféricas” no centro, uma condição de subdesenvolvimento dentro do centro em razão da porosidade e dos buracos na extensão do modo capitalista; seriam sociedades externas que ainda permanecem em modos de vida primitivos e tradicionais (BRAUDEL, 2009: p. 32-33).

Nesse sentido, os sistemas-mundo também apresentam divisão do trabalho entre as partes que se relacionam dentro de suas fronteiras. Ele os divide em três grupos de forma bastante similar à Braudel: estados-núcleo, periferias e semiperiferias. Estados-núcleo possuem um forte aparato estatal aliado a uma cultura nacional bastante presente, e se vale da integração como forma de proteger as situações desiguais ou justificativas ideológicas para manutenção das disparidades. As periferias não possuem a palavra “estado” em sua tipologia pois por vezes não existirão (ex: colônias) ou terão pouco nível de autonomia (ex: territórios neocoloniais).

Por último, as semiperiferias se situam em um nível intermediário entre os dois primeiros; podem ter surgido da “promoção” de uma ex-periferia por questões geopolíticas de um sistema mundo em expansão ou terem sido “rebaixados” (WALLERSTEIN, 1974: p. 348-349). Em outra obra, Wallerstein abre nova possibilidade para nações semiperiféricas em Fases B (de declínio em um ciclo de Kondratieff), quando indústrias outrora líderes migram para esse tipo de estado, o que confere um caráter de desenvolvimento (WALLERSTEIN, 2004: p. 57). Nesse raciocínio já estão presentes indícios de industrialização dependente, discutida e criticada em meados do século XX.

No início de sua introdução à análise do sistema-mundo, Wallerstein faz uma genealogia deste arcabouço, que passa pela discussão da dependência econômica, um debate surgido nos anos 50, 60 e 70 do século XX com muito furor. Esse debate aparece, para entender melhor os processos de industrialização em países periféricos, sobretudo na América Latina. Um dos pontos fulcrais é que a troca no comércio internacional não era equivalente entre países de centro e da periferia, era uma troca desigual, que resultava em fluxos positivos de capital para os desenvolvidos e negativos para os subdesenvolvidos (WALLERSTEIN, 2004: p. 12).

Com essa temáticas, foram discutidos modelos de centro-periferia, que advogam um comportamento em que há um constante favorecimento das empresas de países centrais por meio das suas e das políticas econômicas dos estados que as representam, promovendo exportações de capitais para países subalternos, além de que a ordem do grande capital não é superável sob os marcos do capitalismo (WALLERSTEIN, 2004: p. 12-13).

Enquanto Wallerstein assinala que a Teoria Marxista da Dependência é uma das influências da análise de sistemas-mundo, Theotônio dos Santos a confirma como uma evolução da TMD, campo teórico que parte da discussão de padrões de acumulação marxistas e com uma influência da discussão Cepalina sobre subdesenvolvimento na América Latina (DOS SANTOS, 1998: p. 44-45).

Com essa ligação, Gunder Frank discute o já desenvolvimento do subdesenvolvimento, que será resgatado nas próximas linhas, em que a teoria da dependência é incorporada na visão de sistema-mundo, fazendo com que seus marcos analíticos e fios condutores passem a ser mesclados: há um sistema mundial, onde um país hegemônico coordena o sistema. Tal sistema consiste em relações de dependência em diversos níveis e, portanto, em transferências de valor em vários degraus, formando um todo complexo e determinado e alterado pelos longos ciclos econômicos de ascensão e declínio.

Gunder Frank, em *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento* (1980), se insere, então, neste debate frutífero da primeira metade do século XX., “no que consiste o subdesenvolvimento?”. Desse modo, subdivide o debate em três parâmetros teóricos, o primeiro da determinação interna ou externa de relações desiguais no sistema mundial capitalista; a segunda, da periodização do

desenvolvimento desse sistema social; e a terceira, das questões de produção (FRANK, 1980: p. 21-22).

A melhor síntese do que o autor utiliza como explicação teórica da primeira questão parte do interno, do modo de produção. Apesar disso, não significa que as trocas sejam parte chave do sistema capitalista desigual, o modo de produção é que fundamenta as relações de exploração. As trocas, nessa direção, se tornam possíveis com tal apropriação do trabalho não pago à classe trabalhadora, sem que seja possível sua existência sem a exploração (FRANK, 1980: p. 25).

Para responder a segunda questão, Frank utiliza a periodização de Mandel, que consiste em etapas da transferência de valor: trocas desiguais com base em valores desiguais, trocas equivalentes com base em valores equivalentes e trocas desiguais com base em valores equivalentes. A primeira categoria consiste na etapa pré-capitalista e as duas seguintes se estabelecem no capitalismo (FRANK, 1980: p. 29).

A primeira fase de transferência é pré-capitalista, mais conhecida como época do mercantilismo, presente em caráter mais notável nos séculos XVI e XVII, em que a função da periferia (ou, à época, colônias) era de abastecer a acumulação de riqueza capitalista das metrópoles: o comércio triangular consistia na desumanização e escravização de parcelas populacionais da África e, no início, da América, que formava a mão de obra e permitiu o comércio da burguesia “mercantil-atlântica”, que depois teve seu capital mercantil transformado em capital real. A segunda função da periferia se dá exclusivamente através do comércio que, após a revolução industrial, foi de fornecer insumos para o barateamento de cadeias produtivas e da mão de obra industrial, o que torna possível um atenuamento da tendência de queda da taxa de lucro. A terceira função da periferia foi a de receptora de capitais, exportados do centro, o que permite o estabelecimento da concepção original de troca (ou intercâmbio) desigual (FRANK, 1980: p. 29-30).

Em virtude dessas três fases expostas por Gunder Frank, o autor sugere que as três indagações iniciais tem como fio condutor investigar a mudança da estrutura interna das colônias como ocasionada pela transformação em seu processo produtivo interno. E as três sugestões iniciais são: i) a descapitalização das colônias no primeiro estágio é ampla mesmo que não seja integral; ii) há um luta pelo excedente entre as burguesias industrial e colonial, sendo possível uma disputa; e iii) o impedimento irrestrito de formação burguesa nacional nos países coloniais (FRANK, 1980: p. 31).

Nesse sentido, as colônias, na visão de Wallerstein, são o tipo de estado mais fraco em um sistema internacional e reúnem pouca autonomia estando sujeitos à exploração de firmas e outros estados (WALLERSTEIN, 2004: p. 56). É interessante notar que o autor deixa claro que não é uma simples exploração de aparelhos estatais, mas sim de *empresas e estados*. Por outro lado, o

estabelecimento de colônias é também uma forma de garantir um monopólio sobre recursos, o que impede outros agentes externos de usufruírem de recursos (WALLERSTEIN, 2004: p. 56).

Cabe agora caracterizar a transferência de valor como categoria central da dependência e, para tanto, o autor Mathias Luce discute de forma extensa e bastante clara no que consiste este elemento que surge a partir do desenvolvimento capitalista, o qual integra todas as sociedades e se apropria de seus recursos, transformando-os em capital (LUCE, 2018: p. 29-30).

A título de contextualização, a transferência de valor aqui se insere como um elemento constitutivo das relações coloniais estabelecidas quando da invasão portuguesa e espanhola no século XVI, ou seja, uma dependência colonial que possui como fio condutor de seus fluxos a troca comercial por meio do já discutido aqui “intercâmbio desigual de valores desiguais”. Por esse motivo, é de suma importância para o rigor metodológico e teórico do presente artigo retomar a transferência desigual de valor da literatura marxista e dependentista.

A TMD é tributária original da teoria do valor legada por Marx em *O Capital* e também das teorias do Imperialismo, que foram percorridas por autores como Rosa Luxemburgo, Rudolph Hilferding, Nikolai Bukharin e Vladimir Lênin. Esses dois campos de maneira associada constatarem que o desdobramento histórico da Lei do Valor, de formações econômico-sociais diferentes e a consequente integração ao mercado mundial gera um desenvolvimento desigual e combinado, como Lênin postulou (LUCE, 2018: p. 11).

O nascimento do intercâmbio desigual no âmbito teórico é a divisão internacional do trabalho, que integra de forma contraditória diferentes formações econômico-sociais no mercado mundial, criando relações de subalternidade. Isso significa dizer que certos espaços do capitalismo dominante se apropriam de valor do capitalismo dependente, ou seja, nos termos de Marini e incorporados por Luce, haverá uma violação da Lei do Valor de Marx (LUCE, 2018: p. 30-31).

Como se trata de um nível de abstração teórica um pouco mais elevado, o que contribui para uma falta de clareza em termos práticos, a Lei do Valor convém ser sucintamente relembra. Esta Lei consiste na regra geral do capitalismo, pois garante sua reprodução social - de modo mais direto - o trabalhador produz algo (um bem, serviço, etc.) que em si é a expressão concreta do valor. Por sua vez, o valor remunera tanto o capitalista quanto garante a subsistência do trabalhador alienado¹.

Nesse sentido, a apropriação desigual de valor das economias centrais em relação às economias subalternas (ou dependentes, débeis, etc.) no estágio de dependência na etapa imperialista do capitalismo implica que há uma violação da lei do valor, através da não identidade entre valor

¹ A Lei do Valor é muito melhor explicada em Marx, no livro *O Capital*, capítulo 5 - O Processo de Trabalho e o Processo de Valorização.

produzido e valor apropriado, existirão outras formas de transferência de valor que não somente pela via da transação comercial (LUCE, 2018: p. 31-32).

Por isso, o valor será apropriado em caráter desigual na reprodução capitalista e as formas em que este será transmitido são na obra de Luce, que retoma os trabalhos seminais da dependência, mecanismos constituídos no capitalismo pós Segunda Guerra Mundial. Tais canais de transmissão são fluxos que refletem diferentes tipos de dependência, que pode ser comercial, financeira e tecnológica e os mecanismos de transferência de valor desigual são: i) deterioração dos termos de intercâmbio; ii) serviço da dívida via remessas de juros e amortização; iii) pagamento de royalties, dividendos e remessas de lucros; iv) apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais (LUCE, 2018: p. 50)

Luce, entretanto, discorda de Theotônio dos Santos e André Gunder Frank pois, como é argumentado em “Imperialismo e Dependência”, há uma dependência colonial precedente à etapa de monopólios imperialista, enquanto que a dependência na sua visão é a da referida categoria como específica da realidade dialética entre dependência financeira, comercial e tecnológica tal qual como definida por Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra (LUCE, 2018: p. 48-49).

O ponto de vista incorporado neste artigo é a de que a dependência, como categoria histórica, é fio condutor da formação econômico-social da América Latina e que, portanto, permeia com diferentes características a história do continente após a invasão espanhola e portuguesa, como já discutido aqui. Em termos teóricos, leva à atenção especial no que concerne o intercâmbio desigual de valores diferentes, tal como exposto por Frank.

Então, incorporamos a visão de Gunder Frank e Theotônio dos Santos sobre a dependência, que o segundo autor define como: em primeiro lugar, a dependência é uma situação condicionante, em que um país ou grupo de países determina o desenvolvimento do(s) país(es) dependente(s), ou seja, o desenvolvimento de um país dependente está condicionado à expansão de um país central em que “situação condicionante” significa uma limitação ao poder de ação e comportamento da sociedade (DOS SANTOS, 2011: p. 361-362). Em segundo lugar, a dependência condiciona também a uma determinada estrutura interna que é redesenhada conforme se apresentam mudanças nas condições estruturais. Isso quer dizer, na prática, que as possibilidades de expansão também estão delimitadas pela sua condição subalterna (DOS SANTOS, 2011: p. 364).

2. A sociedade Inca e seu modo de produção

Nesta seção será discutido um pouco do modo de produção Inca e a sua formação social. Os pontos principais aqui retratados serão sobre as atividades produtivas e de subsistência, a organização social do Império Inca e como se distribuía esse excedente. Esta parte do texto é uma discussão geral, mas que elucida importantes aspectos de uma das sociedades que os espanhóis viriam a dominar no século XVI, por isso sua discussão é essencial.

De acordo com John Rowe (1946), a sociedade Inca tem seus registros arqueológicos divididos em dois períodos, um período inicial que se estende de 1200 a 1438 e é marcado pela sua expansão gradual na região de Cusco. Já a segunda fase, é delimitada entre o ano de 1438 e a invasão espanhola no início do século XVI. Foi durante este período que o Império Inca atinge sua hegemonia em uma maior região dos Andes sob o reinado de Pachacuti, que é coroado também em 1438, sendo o maior conquistador das dinastias Incas (ROWE, 1946: p. 200; 203).

Godelier, antropólogo essencial no estudo de sociedades andinas, relata em um estudo sintético sobre aproximações entre o modo asiático de produção, tal qual discutido por Marx, mas também ressalta que há, em dado momento, uma conjunção entre três tipos de relações de produção na unidade política conhecida como Império Inca (GODELIER, 1971: p. 64-65).

Em um primeiro momento, no início do século XV prevalecem pequenas sociedades difusas com pouca ou nenhuma coesão entre si, eram diversos agrupamentos. Tais grupos, chamados de tribos andinas, se organizavam por graus de parentesco, leia-se, famílias que dispunham do acesso à terra para produção de subsistência e de forma alguma constituía-se uma propriedade privada do espaço produtivo (GODELIER, 1971: p. 64).

Além disso, existiam hierarquias, as quais o chefe era denominado “kuraka” e era o principal beneficiário do sistema de produção, baseado na reciprocidade e redistribuição². Parte dessa produção era, também, destinada à manutenção de suas religiosidades locais. Existia, portanto, um sistema de irmandade ou fraternidade que regia a partilha do excedente, beneficiando proporcionalmente cada nível hierárquico (GODELIER, 1971: p. 64).

Quando da invasão e dominação do Império Inca, todas essas sociedades antes difusas, passam a ser integrantes de uma unidade política-territorial em que seu supremo líder divino é o Sol e seu filho de nome “Inca”. A partir desse momento todas as terras são de propriedade do Estado, o que resulta na perda dos direitos comunais das tribos andinas (GODELIER, 1971: p. 64).

² Aqui é uma clara referência aos sistemas de reciprocidade e redistribuição de Polanyi, que estavam presentes em diversas sociedades espalhadas pelo mundo, sendo princípio que norteia a economia. Em seu livro, *A Grande Transformação*, no capítulo 4 - Sociedades e Sistemas Econômicos.

Não obstante os membros das tribos tenham perdido seus direitos sobre a terra, a relação de produção estabelecida ainda lhes dava o usufruto parcial de onde moravam e mantinham suas culturas. Contudo, agora haviam parcelas de terras expropriadas pelo Estado, onde era realizado um sistema de plantio em que cada família participava e a autoridade Inca retribuía com seu sustento. Nesse sentido, é implementado um sistema de trabalho baseado na servidão, no qual Godelier afirma haver uma similaridade com o modo asiático de produção, já que também se utilizava da reciprocidade e redistribuição, só que com os termos do Estado Inca. Interessante destacar também que as instituições Incas ainda estavam em funcionamento em 1532, pois o Estado movimentou militarizou suas tribos locais para controlar certos grupos e tribos rebeldes (GODELIER, 1971: P. 65).

O sistema de receitas do Estado Inca consistia na tributação sob um sistema de corveia que, como já mencionado, se estabelece baseado nas tradições de reciprocidade e redistribuição já presentes no mundo andino. Além disso, o sistema redistributivo estatal se baseava também na generosidade, fazendo com que diversas formas de bens mais sofisticados circulassem na sociedade. Apesar disso, é incorreto afirmar que havia algum tipo de estado de bem-estar social promovido pelos governantes Incas, quaisquer tipos de redistribuição da produção nesse sentido era promovido muito mais à nível das tribos (MORRIS, 2009: p. 61-62).

O sistema de redistribuição se estendia em boa parte do território Inca, nas mais diversas zonas climáticas e ecológicas que o Império compreendia. O grande ator que permitia o sistema de troca de commodities era o próprio Estado, que atuava recebendo o excedente da produção dos camponeses e artesãos para depois distribuí-los seguindo sua própria lógica ou até mediando trocas entre diferentes regiões, dentre esses produtos estavam o milho, algodão, folhas de coca, serviços administrativos, etc. (MORRIS, 2009: p. 62).

Entretanto, John Murra alerta para o fato de que esse pagamento do excedente da produção não era feito sob a forma de pagamentos em espécie ao Estado Inca. A formação de receita estatal, advém, então, do trabalho camponês nas propriedades específicas imperiais. Nessa direção, não há registros do pagamento de tributos através de qualquer meio em espécie (MURRA, 1995: p. 59).

Uma das características desse sistema era a formação de unidades de depósito e armazenagem para administração da circulação dos produtos que eram sediadas muitas das vezes em unidades administrativas domiciliares. Isso não quer dizer que se limitavam somente às casas, nas principais rotas de comunicação e transporte do território havia quantidade significativa de alimentos para eventuais empresas do Estado e bens de luxo e ritualísticos estocados em Cusco de todas as regiões do reino, à saber os principais centros de distribuição nas províncias (MORRIS, 2009: p. 63). Tais

empregadas do Império acarretavam expedições militares e outros dispêndios de atividade do governo (MORRIS, 2009: p. 64-65).

Então, as principais características a serem ressaltadas da distribuição de recursos Incas é que o sistema de receitas estatal tinha o papel redistributivo e também era importante parte da reciprocidade e isso ficou claro com a observação de unidades bem desenvolvidas e articuladas de armazenagem e distribuição que foram, em certa medida, reforçados na colonização (MORRIS, 2009: p. 65). Outro fator importante identificado em registros de invasores espanhóis é a divisão produtiva baseada em microclimas já que o território Inca era razoavelmente extenso e localizado nos Andes, o que significa uma vasta diversidade climática (MURRA, 1995: p. 61-62).

Além disso, o papel dessa circulação de produtos via Estado foi peça chave para a redução de desequilíbrios regionais no que diz respeito aos suprimentos. Nesse sentido, não eram mercados que exerciam essa preponderância de circulação de bens/mercadorias, mas um papel estatal era imprescindível no modo de produção Inca (MORRIS, 2009: p. 65). Também é importante o que Murra resgata de acordo com seus recursos, havia certa troca vestigial de “longa distância” e marítima possivelmente entre o norte do Império e o sul, resultando na distribuição de bens culturalmente relevantes pelo território (MURRA, 1995: p. 62-63).

Contudo, o autor não acha que tanto pelo volume quanto pelo tipo de bens que circulavam na longa distância poderiam ser considerados como um comércio, seria algo mais próximo de uma extensa rota de distribuição que chegava até partes do México, na Mesoamérica e dizia respeito aos moluscos utilizados em rituais de chuva, além de ferramentas de ligas de cobre com outros metais. Outro fator é que foram encontrados vestígios de moedas de cobre na região costeira de Chianca, mas a investigação arqueológica sugere que foi muito limitada a esse local somente (MURRA, 1995: 64-65).

O autor sugere, então, que há muito ainda a ser descoberto no que diz respeito às trocas que ocorriam no Império Inca e, à luz de autores como Polanyi, em diversos momentos da história de formações econômico-sociais pré-capitalistas estas aconteciam em um contexto não comercial (MURRA, 1995: p. 68).

Não obstante existam pequenas sociedades difusas na região andina, devemos atentar ao fato de que a expansão Inca se dá a partir de 1438 em um caráter mais notável. De qualquer forma, os antecessores de Pachacuti já foram responsáveis por uma organização militar e política do Estado. Essa maior organização estatal, não é oriunda de um esclarecimento e inteligência dos déspotas Incas, mas sim pelo fato de que nas fronteiras do império haviam outras formações sociais se consolidando como possíveis rivais e contestadores dos Incas. Tais formações são reconhecidas como os Reinos

Colla e Lupaca que, entre si, eram grandes rivais e buscavam alianças com os Incas para destruir seu inimigo (ROWE, 1946: p. 203-204).

Outros Estados também ocupavam a vizinhança do Império Inca, como os Quechua, Estado amigável aos Incas que garantia uma proteção pelo noroeste. Entretanto, sob o reinado de Viracocha, os Chanca atacam e rompem a soberania Quechua para depois tentar invadir os Incas, mas acabam sendo malsucedidos. Esse insucesso dos Chanca é, em parte, fruto da organização e capacidade expansiva do reinado de Pachacuti e depois de seu filho Topa-Inca que fazem o Império ampliar suas fronteiras até o que hoje é o Chile pelo sul e Colômbia ou Equador pelo norte (ROWE, 1946: p. 204-205).

Ainda sobre a expansão de domínios Inca, as dominações começaram como mencionado, com Pachacuti e ocorreram em primeiro lugar no Vale de Urubamba e Vilcapampa após a derrota dos Chanca que foram persuadidos a aceitar o domínio dos Colla. Após uma revolta, Lupaca também é conquistada por Pachacuti. Topa Inca passa a liderar as expedições que começaram no norte sob sua liderança, na região onde hoje é Quito e na sequência conquista regiões do sul, de Mala a Nazca, anexando após essa campanha regiões que se estendiam até a Bolívia e Chile. Topa Inca exerceu um reinado de 22 anos, até 1493 e é encontrado em registros que o imperador tinha a ambição de se tornar o líder soberano de toda a região civilizada andina (ROWE, 1946: p. 206-208).

Após a sucessão de Topa-Inca, assume o trono seu filho Huayna Capac que dá continuidade ao legado de seu pai que dedicou os últimos anos de seu reinado à organização e administração imperial. Em 1527, ano de morte de Huayna Capac, a expedição de Pizarro, conquistador espanhol, domina Tumbes. Entretanto, a conquista não é instantânea, demora mais cinco anos, que foram suficientes para desencadear uma guerra civil no Império Inca em razão da sucessão do trono de Huayna Capac (ROWE, 1946: p. 208).

Após a invasão espanhola, a sociedade Inca é violentamente modificada, passando a reproduzir, na interpretação de Godelier (1971), um modo de produção feudal espanhol à época da ascensão capitalista e da chamada acumulação primitiva. O traçado importante a ser levado em conta aqui é o fato da sucessão dessas duas formações sociais não ser fruto de uma evolução interna do modo de produção Inca, mas sim de uma determinação externa, a conquista espanhola (GODELIER, 1971: p. 66). Isso, por sua vez, é uma referência clara ao que já foi resgatado no eixo teórico, é um primeiro indício de que a formação das sociedades latinas da região do Império Inca, atual Peru, se constituem de forma dependente, se for considerada a visão histórica e estrutural de Theotônio dos Santos.

Retomando alguns pontos, o Estado Inca se apropria das antigas formas de reciprocidade e redistribuição, colocando-as sob a autoridade Inca do Imperador e por serem difundidas nas tribos foram utilizadas como forma de dominação de um aparato opressor. Além disso, os cultos às divindades tribais são mantidos, mas com a subsunção ao deus Sol e seu filho Inca (GODELIER, 1971: p. 70-71).

Somando-se a esses fatores, a invasão espanhola resultou na eliminação das diferenças internas dos Incas para que houvesse uma chance de sobrevivência dessa formação social e, por meio disso, disputar os cargos municipais e políticos locais, já que os objetivos da colonização eram de cristianizá-los e “civilizá-los” e, portanto, os espanhóis permitiam (GODELIER, 1971: p. 71-72).

3. Sistema-mundo e dependência colonial, uma análise do Império Inca

Nesta seção será discutida a relação de dependência que é imposta pelos espanhóis quando da sua invasão e conquista do Império Inca a partir de 1532. O objetivo é interpretar como foi sua inserção nas rotas coloniais espanholas à luz do marco teórico discutido na primeira seção, que acarreta relações de domínio perante um outro território que se coloca como hegemônico durante os séculos XVI e XVII. Além disso, iremos debater o ‘intercâmbio desigual de valores desiguais’ proposto por Gunder Frank e verificar as particularidades do argumento de Theotônio dos Santos sobre uma dependência colonial ou histórica e pré-capitalismo industrial tendo em vista a categoria central de transferência de valor também debatida nesse texto por meio de importantes contribuições de Mathias Luce.

O comércio colonial consistiu, quando da incorporação do Novo Mundo, em interligar duas grandes regiões econômicas que tinham como conexão a Europa, os continentes da Ásia e da América. Dessa forma, o continente europeu era um entreposto reexportador de produtos e manufaturas asiáticas para a América, mas tais importações europeias foram crescentemente pagas com metais do próprio continente americano.. No caso da metrópole espanhola, esta passa a se beneficiar do comércio de metais preciosos de suas colônias (FRANK, 1980: p. 36-37).

Voltando a análise para as colônias espanholas na América, o processo expedicionário acontecia por meio de ações individuais, mas que eram delimitadas pelo Estado Espanhol, e o acordo básico envolvido era que a expedição seria beneficiada com uma parcela populacional nativa, além de certas prerrogativas, chamadas *capitulações* e em troca era exigida a “*encomienda*”, recompensas outorgadas pela Espanha, no geral apropriação de excedente produzido pela sociedade local (FURTADO, 1970: p. 30-31).

Nas regiões de maior densidade populacional e articulação social o sistema de encomendas funcionou melhor devido ao fato de que já havia estruturas de apropriação do excedente em funcionamento e, com isso, os colonizadores espanhóis se acoplavam ao sistema e exigiam maiores parcelas de extração para saciar a acumulação colonial. Não obstante, em outras regiões de menor densidade tenha havido escravizações em razão de pouca densidade populacional para suprir o ímpeto colonial.

Os *encomenderos*, como os expedicionários conquistadores ficaram conhecidos, tinham interesse preponderante na circulação do comércio colonial. Isso se deve, no ponto de vista de Furtado, à necessidade de obtenção de produtos europeus devido aos seus hábitos de consumo e para galgar posições políticas e sociais (FURTADO, 1970: p. 31), mas também é uma própria necessidade lógica do sistema colonial, o valor dos produtos e excedente obtidos na América necessitam dos mercados europeus para se valorizarem, já que é um sistema colonial baseado na superestrutura capitalista europeia.

No que diz respeito ao extrativismo colonial que abastecia o comércio com a metrópole, seu começo se deu com a pilhagem de metais encontrados no que hoje conhecemos como México e Peru bem no início do século XVI. Estende-se após esse período, a segunda fase que dura até o fim da primeira metade do mesmo século, que teve como principal objetivo descobrir fontes de metais preciosos e, para tanto, as sociedades locais muitas vezes já tinham fundições em rios, mas as grandes fontes encontradas eram de ouro de aluvião (encontrado nos leitos de rios) (FURTADO, 1970: p. 33).

A partir da metade do século XVI a prata assume o protagonismo da produção colonial na região andina já que foram descobertas diversas minas. Duas décadas na frente, em 1570, é implementado um novo método responsável por um sensível incremento na produtividade metalúrgica da prata que foi possível pela amálgama do mercúrio que, de forma conveniente, teve abundantes fontes descobertas em uma mina no Peru. A produção do mercúrio era de responsabilidade da coroa espanhola e seu transporte se dava por meios privados até Potosí, na atual Bolívia, e era distribuída pelas minas de prata.(FURTADO, 1970: p. 33-34). Em concomitância a esse processo, foi sendo cada vez mais necessária o desenvolvimento de economias satélites para a subsistência de economias locais que se baseavam no Chile e norte argentino, locais de alta densidade populacional indígena (FURTADO, 1970: p. 35).

Furtado, sobre a riqueza oriunda desses metais, ressalta que 80% da renda gerada ficava em mãos privadas dos *encomenderos* e 20% ia para a Coroa. Além disso, o autor também ressalta que o envio de metais preciosos à Espanha era quatro vezes maior que o volume de bens importados pelas colônias espanholas, leia-se, o metal aqui extraído era destinado à acumulação de países europeus e

em um primeiro momento da Espanha (FURTADO, 1970: p. 34). Cabe ressaltar aqui, em um caráter inicial, que toda a comunidade hispânica estava isenta do pagamento de impostos, ou seja, os reais pagadores de tributos são somente os Incas/Peruanos (ELLIOT, 1984: p. 314).

Nesse sentido, o conceito de transferência de valor aqui é pertinente para se introduzir a ideia de que, mesmo não estando sob as formas contemporâneas discutidas pela TMD, esta existe sob marcos delimitados historicamente no capitalismo da acumulação primitiva.

O marco inicial da introdução de atividades mercadológicas no território peruano conquistado pelos espanhóis foi através do uso de ouro e prata na compra de objetos muito cobiçados, como cavalos. Entretanto, não há um recurso disseminado aos mercados como sistema de alocação de recursos. A expedição de Pizarro foi responsável por multiplicar as parcelas de população Inca que serviam às *encomiendas* e isso significou a divisão populacional de acordo com os critérios colonizadores. Além disso, as *encomiendas* acarretaram a construção de cidades, igrejas, prefeituras, pontes, irrigações, campos de plantação, dentre outras atividades impostas pelos padrões europeus. Alguma parte dessa produção dos locais era apropriada pelos colonizadores e depois comercializada ou trocada com mercadores de outras regiões da América, com o intuito de saciar as suas preferências de consumo (RAMÍREZ, 1995: p. 144-145).

Outra questão importante é o fato de que as atividades econômicas desempenhadas no império dos Andes, como as de metalurgia destinadas a rituais e objetos utilizados na cultura Inca, como máscaras, ornamentos e outros tipos de acessórios ou ferramentas de metal passaram a obedecer a lógica cultural espanhola, implicando numa produção de pratos, correntes, crucifixos e cálices religiosos (RAMÍREZ, 1995: p. 146).

Em relação à introdução de mercados, a autora ressalta duas possibilidades: a primeira é a realização de trocas em praças centrais da cidade ou a introdução forçada ao mercado para que os europeus comprassem aquilo que fosse cobiçado por eles. O próprio *encomendero* (líder das *encomiendas*) oferecia seus excedentes por vezes na praça para que este fosse vendido, isso em uma realidade antes de 1550. No que diz respeito aos líderes dos vilarejos pertencentes ao Império Inca, podemos dizer que eles foram os principais introduzidos a esses mercados, comercializando bens de luxo e oferecendo seus liderados para trabalhar para os espanhóis (RAMÍREZ, 1995: p. 146).

Agora, se estamos falando de comércio, é necessário entender também a estrutura de tributação após a invasão espanhola. Para isso, deve-se ressaltar que a tributação passou a ocorrer por meio da prata e ouro, conferindo um imposto metálico que era pago ao *encomendero*, mas também se taxava a produção através dos produtos ou da produção excedente, que era paga aos chefes, além

da via de imposto pago com o próprio trabalho, assim como na era pré-invasão (RAMÍREZ, 1995: p. 147).

Dentre esses tipos, prevaleceu e foi ratificado nos anos 1560 e 1570 a taxação paga com o produto do trabalho e de acordo o que era cultivado ou produzido, mas que incluía também a remuneração do líder nativo (RAMÍREZ, 1995: p. 147). Se retornarmos algumas décadas, em 1550, a taxação no Peru passou a ser estabelecida em todos os níveis sociais exceto aos *encomenderos* e aos caciques ou chefes, que resulta em um processo de nivelção da sociedade colonial (ELLIOT, 1984: p. 311).

Nesse sentido, podemos apontar que o produzido pelos peruanos (ou incas) não remunerava mais somente o seu líder de vilarejo e o imperador, agora o trabalho passa a remunerar essas autoridades, além do *encomendero* e o que virá a ser apropriado pela coroa espanhola. Trata-se, então, de uma exploração do trabalho elevada à quarta potência.

Não obstante parcela significativa dos tributos ficasse nas mãos privadas de elites coloniais, começaram a acontecer contestações por parte de *encomenderos* no que diz respeito ao pagamento de remessas para a coroa espanhola. Este fato, por sua vez, tem como consequência preventiva da coroa espanhola, a criação de *corregidores de indios* com a função de recolher impostos. Diante disso, enquanto os *encomenderos* dispunham de maior influência sobre os chefes nativos e seus seguidores, os novos fiscais tinham um pequeno exército de oficiais à sua disposição (ELLIOT, 1984: p. 311-312). Havia também muita resistência da coroa espanhola de nomear membros das elites locais com títulos de nobreza, apesar de economicamente serem muito próximo disso. Contudo, na década de 1630, por causa de problemas financeiros, a realza passa a vender tais títulos para membros da elite local (ELLIOT, 1984: p. 314).

Voltando aos mercados, também pela década de 1560, é aplicada uma política chamada de *reducciones*, que redistribuiu a população em núcleos de vilarejos. Isso é um dos fatores em consonância com o crescimento da população urbana e às pressões pela aderência aos costumes dos colonizadores que resultaram na expansão dos mercados. Houve, contudo, alguns decretos e intervenções da coroa que desestimulam a migração do campo para as cidades (RAMÍREZ, 1995: p. 147-148).

Cabe notar que, a partir das décadas de 1550 e 1560, a população Incas passou a decair de maneira drástica, enquanto que a população espanhola crescia (RAMÍREZ, 1995: p. 147-148). Com esse declínio, muitos dos representantes da metrópole se viram coagindo camadas de incas para o trabalho forçado, mesmo que fosse estritamente proibido no início do século XVI. Tal declínio

populacional se estende da segunda metade do século XVI até a primeira década do século XVII (ELLIOT, 1984: p. 312-313).

No início do século XVII, as estruturas das sociedades americanas pré conquista estavam em um estágio avançado de desintegração, havia cada vez mais pressão para que as populações incas e nativas de um modo geral fossem integradas aos circuitos econômicos principais europeus, baseados em mercados. Isso ocorreu, de maneira óbvia, em detrimento do processo de extração de excedente através da tributação por parte do Estado Espanhol (ELLIOT, 1984: p. 313).

Apesar de toda essa discussão sobre mercados, Ramírez afirma que as trocas ocorreram ao longo de todo o século XVI de maneira ocasional, estavam longe de ser dominantes para os modos de vida. Do todo da população, quem mais estava inserido nas lógicas de mercado eram os cidadãos urbanos e costeiros, que se situavam em entrepostos comerciais, sejam praças ou de comércio marítimo, já para o resto, ou a maior parte, trocas pouco ou nada interferiram em seus costumes e trabalho, o débito ou as dívidas também não representavam uma preocupação muito grande para o nosso objetivo; a terra ainda era utilizada em organizações comunais, mas atrelada ao pagamento de tributos aos espanhóis e aos líderes locais. Vale lembrar que tais líderes eram mais inseridos nos mercados, como já foi exposto, consumindo bens de luxo, mas de forma muito limitada (RAMÍREZ, 1995: p. 150-152).

Tanto as políticas de *reducciones* quanto os *corregidores* são responsáveis pela reestruturação social no Peru, antigo Império Inca. Diversos aspectos dos modos de vida da sociedade europeia foram assimilados pelos locais, como em alguma dimensão o cristianismo, formas de cultivo, de troca e economia monetária. Apesar disso, mantiveram também muitas de suas antigas formas de vida, dado que conseguiam disputar as municipalidades com um certo grau de sucesso (ELLIOT, 1984: p. 313).

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi investigar a inserção do Império Inca nos circuitos coloniais após o momento de conquista espanhola, que ficou marcado pela bem sucedida expedição de Pizarro que fica marcada no ano de 1532. Para isso, delimitamos um eixo teórico que percorre categorias históricas que são precisas para delimitar o escopo da análise: as economias-mundo e sistemas-mundo, pensando a interligação de um território coeso, seja econômica ou politicamente; que pensa diferentes níveis de dominação e transmissão de excedentes, além de incorporar hierarquias entre cidades dominantes, semi-periferias e periferias.

A conexão entre a Teoria da Dependência e a análise de Sistemas-Mundo é feita aqui com Gunder Frank e a importante contribuição teórica para este trabalho é a de que no mercantilismo há uma intensa descapitalização das colônias, o que fica bem claro quando se discute as *encomiendas*, a tributação da coroa espanhola e a atividade mineradora com o próprio fim de exportar o ouro para a Espanha. Tal mecanismo, da transferência de valor, aqui também foi resgatado pelas reflexões de Mathias Luce, e encontramos um certo caráter particular desta transmissão que também é discutido por Gunder Frank, em um comércio desigual de valores desiguais. Isso consiste, na prática, que valor era apropriado pela coroa não por um diferencial na balança comercial, no serviço da dívida ou nos investimentos externos, mas sim por uma apropriação oriunda de uma submissão política e jurídica.

Essa dependência colonial, por assim dizer, implica em muitos aspectos que a sociedade e a transformação econômica passa a ser determinada pela metrópole, mesmo que não tenha sido uma completa alteração nas estruturas internas dos Incas e que isso obedeça a uma mudança ao longo de quase um século. Em diversos momentos foi resgatado que muito de sua infraestrutura foi preservada, mas com o agravante de que a realeza passa a ser mais uma tributária do trabalho produzido pelos inferiores hierárquicos do império; e também é interessante notar que os mercados são introduzidos de forma limitada às praças centrais das capitais da colônia, contudo já existia antes da invasão de maneira vestigial nas populações costeiras do Peru. Uma última consideração a ser feita é a drástica queda populacional nativa no final do século XVI e início do XVII, por motivos de peste, guerra e escravidão, além da crescente mescla forçada entre os povos.

Por último, o trabalho faz um esforço de responder os questionamentos iniciais desta forma que foi exposta, mas isso não significa que não existam lacunas a serem preenchidas na pesquisa. Existem dificuldades operacionais, que passam pela pouca literatura dedicada especificamente ao tema, apesar da encontrada ser de grande qualidade. A outra complicação seria, então, o objetivo ambicioso deste artigo, que exige maiores esforços de pesquisa para que a história da nossa América Latina seja feita com a devida justiça.

Bibliografia

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV a XVIII – O tempo do mundo**. Editora Martins Fontes. 2009.

DOS SANTOS, Theotônio. **A teoria da dependência: balanços e perspectivas**. 1998.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia**. Fundación Biblioteca Ayacucho. 2011.

ELLIOT, J. H. **Spain and America in the sixteenth and seventeenth centuries.** *In:* BETHELL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America - Volume I: Colonial Latin America.** Cambridge University Press, Cambridge, 1984.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento – repensando a teoria da dependência.** Editora brasiliense. 1980.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina.** Lia, Editor S. A., Rio de Janeiro. 1970.

GODELIER, Maurice. **On the definition of a social formation – the example of the Incas.** La Pensee, n. 159. 1971.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência – problemas e categorias. Uma visão histórica.** Editora Expressão Popular, São Paulo. 2018.

MORRIS, Craig. **Storage, supply and redistribution in the Inca state.** *In:* MURRA, John; WACHTEL, Nathan; REVEL, Jacques. **Anthropological History of the Andean Polities.** Cambridge University Press, UK. 2009.

MURRA, John V. **Did tribute and markets prevail?** *In:* HARRIS, Olivia; LARSON, Brooke; TANDETER, Enrique. **Ethnicity, Markets, and Migration in the Andes At the Crossroads of History and Anthropology.** Duke University Press, Londres e Durham. 1995.

RAMÍREZ, Susan E. **Exchange and markets: a view from the north.** *In:* HARRIS, Olivia; LARSON, Brooke; TANDETER, Enrique. **Ethnicity, Markets, and Migration in the Andes At the Crossroads of History and Anthropology.** Duke University Press, Londres e Durham. 1995.

ROWE, John. **Inca culture at the time of Spanish conquest.** 1946. Disponível em: <https://www.lib.berkeley.edu/ANTH/emeritus/rowe/>

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System I : capitalist agriculture and the origins of the european world economy in the sixteenth century.** Academic Press. 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World System Analysis - An Introduction.** Durham University Press, Durham. 2004.